

Artigos livres

Agroecologia e produção comunitária do cuidado: saberes territoriais e experiências de saúde popular

Agroecology and community-based care production: territorial knowledge and popular health experiences

Agroecología y producción comunitaria del cuidado: saberes territoriales y experiencias de salud popular

Fernanda de Figueiredo Ferreira¹ ,
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad¹ , Renato Santos de Souza¹ ,
José Geraldo Wizniewsky¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

O artigo analisa como agroecologia, cuidado e território se relacionam nas experiências da Casa do Caminho e ABHP, nesse cenário, a agroecologia surge como tática de resistência e produção comunitária da saúde. A crise ecológica, a mercantilização da vida e os limites da medicalização ampliaram debates sobre agroecologia, saberes tradicionais e cuidado comunitário. Dialoga com ecologia política, saúde popular, ecologia de saberes e epistemologias decoloniais, tendo como base pesquisa-ação e cartografia social. Essas experiências em territórios comunitários articulam cultivo, saúde, espiritualidade e solidariedade intergeracional, desafiando visões fragmentadas. Boaventura de Sousa Santos defende a ecologia de saberes, reconhecendo a pluralidade epistemológica e a legitimidade de modos diversos de conhecer e viver. Malcom Ferdinand mostra que a crise ambiental é inseparável da colonialidade, racialização e mercantilização da natureza. Tais experiências rompem barreiras institucionais do SUS, atuando por educação popular, circulação de saberes e fortalecimento de vínculos territoriais e afetivos. Conclui-se que agroecologia e saúde popular são projetos éticos de reexistência, descolonizando práticas de saúde frente à mercantilização da vida.

Palavras-chave: Agroecologia; Saúde popular; Saberes territoriais

ABSTRACT

The article analyzes how agroecology, care, and territory are connected in the experiences of Casa do Caminho and ABHP. In this context, agroecology emerges as a tactic of resistance and community health production. The ecological crisis, the commodification of life, and the limits of medicalization have expanded debates about agroecology, traditional knowledge, and community care. It engages with political ecology, popular health, ecology of knowledge, and decolonial epistemologies, based on action research and social mapping. These experiences in community territories link cultivation, health, spirituality, and intergenerational solidarity, challenging fragmented perspectives. Boaventura de Sousa Santos advocates for the ecology of knowledge, recognizing epistemological plurality and the legitimacy of diverse ways of knowing and living. Malcom Ferdinand shows that the environmental crisis is inseparable from coloniality, racialization, and the commodification of nature. Such experiences break institutional barriers of SUS works through popular education, sharing knowledge, and strengthening community and emotional ties. The conclusion is that agroecology and popular health are ethical projects of re-existence, challenging the commercialization of life in health practices.

Keywords: Agroecology; Popular health; Territorial knowledge

RESUMEN

El artículo analiza cómo la agroecología, el cuidado y el territorio se relacionan en las experiencias de la Casa del Camino y ABHP; en este escenario, la agroecología surge como táctica de resistencia y producción comunitaria de la salud. La crisis ecológica, la mercantilización de la vida y los límites de la medicalización han ampliado los debates sobre agroecología, saberes tradicionales y cuidado comunitario. Dialoga con la ecología política, la salud popular, la ecología de saberes y las epistemologías decoloniales, teniendo como base la investigación-acción y la cartografía social. Estas experiencias en territorios comunitarios articulan cultivo, salud, espiritualidad y solidaridad intergeneracional, desafiando visiones fragmentadas. Boaventura de Sousa Santos defiende la ecología de saberes, reconociendo la pluralidad epistemológica y la legitimidad de modos diversos de conocer y vivir. Malcom Ferdinand muestra que la crisis ambiental es inseparable de la colonialidad, racialización y mercantilización de la naturaleza. Tales experiencias rompen barreras institucionales del SUS, actuando a través de la educación popular, la circulación de saberes y el fortalecimiento de vínculos territoriales y afectivos. Se concluye que la agroecología y la salud popular son proyectos éticos de reexistencia, descolonizando prácticas de salud frente a la mercantilización de la vida.

Palabras clave: Agroecología; Salud popular; Saberes territoriales

1 INTRODUÇÃO

A crise ecológica contemporânea, o avanço da mercantilização da vida e os limites dos modelos biomédicos centrados na medicalização têm ampliado, nas últimas décadas, os debates em torno da agroecologia, dos saberes tradicionais e das práticas

comunitárias de cuidado. Nesse contexto, a agroecologia deixa progressivamente de ser compreendida apenas como um modelo técnico de produção agrícola para afirmar-se como ação social, política e territorial, comprometida com a reprodução da existência, a soberania alimentar e a construção de relações sustentáveis entre sociedade e natureza.

Conforme argumenta o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, as disputas em torno da terra, da alimentação e da biodiversidade envolvem conflitos epistemológicos e civilizatórios acerca das formas socialmente legítimas de produzir, viver e zelar. Nessa direção, as experiências desenvolvidas em territórios comunitários desafiam perspectivas fragmentadas ao articularem o cultivo da terra à saúde, à espiritualidade e à solidariedade intergeracional. Como destaca Boaventura de Sousa Santos, a valorização dessas iniciativas exige o reconhecimento da pluralidade epistemológica, legitimando diferentes modos de produção de conhecimento e de reprodução da vida.

Essa compreensão dialoga com a crítica do filósofo Malcom Ferdinand, ao evidenciar que a crise ambiental não pode ser dissociada das dinâmicas históricas de colonialidade, racialização e mercantilização da natureza. Frente a esse cenário excludente, a agroecologia emerge como tática de resistência e de produção comunitária da saúde. É nesse horizonte que se inserem as trajetórias da Casa do Caminho e da Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). Em ambos os casos, as ações rompem as barreiras institucionais dos serviços formais de saúde, consolidando-se por meio de processos educativos, circulação de saberes populares e fortalecimento dos vínculos afetivos e territoriais.

Sob essa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre agroecologia, cuidado e território a partir das experiências dessas duas entidades, buscando compreender como as práticas comunitárias de manejo da terra e o uso de plantas medicinais tecem formas coletivas de sustentação da vida. O texto dialoga com as formulações da ecologia política, da saúde popular, da ecologia de saberes e das epistemologias decoloniais.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, desenhada a partir do referencial da pesquisa-ação e da cartografia social. O estudo resulta parcialmente da tese de doutoramento desenvolvida pela primeira autora (Ferreira, 2023), cujo trabalho de campo estendeu-se ao longo de dezoito meses, entre os anos de 2021 e 2022. O percurso investigativo utilizou a observação participante e o registro sistemático em diário de campo durante o acompanhamento das atividades cotidianas nos territórios. Foram realizadas imersões nas oficinas de plantio, nos momentos de manipulação de fitoterápicos e nas instâncias organizativas de ambas as entidades. O corpus empírico foi adensado por meio de diálogos formais e informais com 24 interlocutores, incluindo lideranças comunitárias, benzedadeiras, agricultores familiares e usuárias dos serviços de cuidado, cujos relatos foram analisados à luz da análise de conteúdo temática. Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções: a primeira discute os aportes teóricos da ecologia de saberes; a segunda reconstrói a experiência da Casa do Caminho em Pelotas/RS; e a terceira examina a trajetória da ABHP.

recomendamos fortemente que as autoras e os autores usem o presente modelo com todas as suas formatações de fonte, margens, espaçamentos e demais regras. Para tanto, basta substituir os conteúdos de cada parte, começando pelo título, resumo, palavras-chave etc.

2 AGROECOLOGIA, CUIDADO E ECOLOGIA DE SABERES

As discussões contemporâneas acerca da agroecologia têm demonstrado que os processos de produção da vida e do bem-estar ultrapassam as dimensões estritamente econômicas ou técnico-produtivos da agricultura mercadológica. Mais do que um modelo alternativo de cultivo baseado na lógica da substituição de insumos, ela se afirma como uma práxis social, política e territorial, profundamente vinculada à garantia da soberania alimentar, à salvaguarda da biodiversidade e à legitimação dos

conhecimentos tradicionais. Ao desafiar as perspectivas cartesianas e fragmentadas que historicamente isolaram a saúde, a natureza e a cultura em caixas estanques, a agroecologia evidencia que o zelo com a vida é indissociável das relações comunitárias e dos modos cotidianos de partilha, circulação e salvaguarda de saberes territoriais.

Tal compreensão epistemológica encontra eco nas contribuições da ecologia política latino-americana e nas Epistemologias do Sul, especialmente ao reconhecer que os conhecimentos tecidos por comunidades camponesas, povos tradicionais e movimentos populares constituem matrizes legítimas de interpretação do mundo e de organização da vida coletiva. Essa virada contra-hegemônica ganha centralidade nas formulações do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, ao propor o conceito de ecologia de saberes:

A ecologia de saberes parte da ideia de que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular (Santos, 2009, p. 45).

O autor segue afirmando que: “Como não há um saber absoluto, tampouco há uma ignorância absoluta. A ignorância só é visível a partir do saber que a supera” (Santos, 2009, p. 45).

A formulação de Santos é particularmente potente porque opera uma ruptura radical com as perspectivas eurocêntricas e hierarquizantes que, por meio do epistemicídio, desqualificaram as vivências comunitárias como formas inferiores, supersticiosas ou não científicas de conhecimento. No campo da saúde popular e da medicina tradicional, essa crítica revela-se fundamental ao descortinar que as práticas associadas ao manejo de plantas medicinais, à seleção de sementes crioulas e à estruturação de quintais produtivos não são meras repetições mecânicas, mas sim o resultado de processos históricos de experimentação contínua, adaptação ecológica e transmissão intergeracional do conhecimento. Portanto, o debate agroecológico reposiciona-se: não se trata apenas de uma escolha técnica de manejo ambiental,

mas de uma disputa política e epistemológica sobre as maneiras legítimas de habitar o espaço, produzir o sustento e organizar a reprodução da existência.

Essa dimensão territorial dos conflitos é ampliada pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, ao argumentar que as crises ambiental, alimentar e civilizatória da atualidade são subprodutos diretos da expansão do modelo de desenvolvimento capitalista, calcado na mercantilização da natureza, na homogeneização produtiva e na separação artificial entre humanidade e meio ambiente.

A sociedade moderna, ao separar o homem da natureza, instituiu uma racionalidade que nega a pluralidade dos modos de vida. A mercantilização da terra e da biodiversidade avança sobre os territórios tradicionais destruindo não apenas ecossistemas, mas também os sistemas de conhecimento que garantiam a reprodução da vida fora da lógica do mercado (Porto-Gonçalves, 2006, p. 112)

Como alternativa teórica e prática a essa homogeneização, Miguel Altieri demonstra que a agroecologia fornece as bases científicas necessárias para o desenho e gerenciamento de agroecossistemas sustentáveis, operando a partir da valorização da agrobiodiversidade e do respeito às dinâmicas ecológicas locais.

Esse horizonte científico e popular dialoga em linha direta com as reflexões andinas sobre o “Bem Viver” (*Buen Vivir*). Conforme pontua o economista Alberto Acosta, o Bem Viver não se reduz a um mero conjunto de metas de consumo ou a um “desenvolvimento alternativo”. Trata-se, fundamentalmente, de uma *alternativa ao desenvolvimento*, formulada a partir de uma profunda virada paradigmática, conforme problematiza o autor:

O Bem Viver, mais do que uma alternativa de desenvolvimento, é uma alternativa ao desenvolvimento. Ele exige uma ruptura com a ideia eurocêntrica e linear de progresso, propondo uma nova forma de organização social baseada na solidariedade e na reciprocidade ontológica com a Terra. Não se busca o crescimento econômico infinito, mas a harmonia entre as comunidades humanas e os direitos da natureza (Acosta, 2016, p. 34).

O *Buen Vivir* contesta a racionalidade instrumental ao propor que o bem-estar humano é indissociável do equilíbrio ecológico, transformando a natureza de objeto de espoliação em sujeito de direitos. Configura-se, portanto, uma oportunidade

histórica de construção coletiva de outras formas de organização social, fundadas na solidariedade intra-humana e na reciprocidade ontológica com a Terra, onde a saúde e a soberania alimentar emergem como reflexos diretos dessa harmonia ecossistêmica.

Para que essas outras formas de organização social floresçam, contudo, é preciso encarar as feridas coloniais que estruturam o espaço. O filósofo e engenheiro ambiental martinicano Malcom Ferdinand enriquece esse debate ao formular a crítica da ecologia decolonial, evidenciando que a modernidade ocidental forjou, num mesmo movimento histórico, a exploração desenfreada da natureza e a racialização dos corpos e territórios colonizados. A crise ecológica contemporânea, sob essa ótica, não é um acidente de percurso, mas a consequência lógica de dinâmicas persistentes de colonialidade, expropriação da terra e destruição de modos plurais de existência.

Pensar a ecologia a partir do mundo caribenho e colonial exige compreender que a opressão da terra e a opressão dos corpos colonizados possuem a mesma raiz. Uma ecologia decolonial deve, portanto, habitar a fresta da reexistência, unindo a preservação dos ecossistemas à justiça social e à libertação dos saberes que foram subalternizados pela *plantation* moderna (Ferdinand, 2022, p. 89).

É nessa fresta de resistência e reexistência que se situam as experiências da Casa do Caminho e da Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). As ações comunitárias desenvolvidas por essas entidades revelam que a saúde não se restringe às instâncias burocráticas do Estado ou aos protocolos biomédicos; ela é tecida cotidianamente no ato de semear, no preparo compartilhado do alimento e na manipulação de remédios caseiros, transformando os espaços de cultivo em territórios de acolhimento e proteção mútua.

Essas dinâmicas práticas operam uma desobediência epistêmica frente à racionalidade produtivista e individualizante do mercado capitalista. Ao vincular a produção agroecológica à preservação ambiental, à circulação de saberes e à autonomia política dos sujeitos, as iniciativas investigadas afirmam modos de existência orientados pela solidariedade e pelo pertencimento. Esse entendimento caminha em perfeita consonância com o pensamento quilombola de Antônio Bispo

dos Santos (Nego Bispo). Para Nego Bispo, os modos tradicionais de vida de povos e comunidades tradicionais não se estruturam a partir da lógica eurocêntrica e predatória da exploração da natureza, mas sim através de uma relação profunda de “confluência”, baseada na convivência harmoniosa e na reciprocidade permanente entre os seres humanos e os territórios que habitam.

3 A CASA DO CAMINHO E AS TERRITORIALIDADES DO CUIDADO AGROECOLÓGICO

As experiências comunitárias vinculadas à agroecologia frequentemente produzem formas de acolhimento que extrapolam os limites das práticas institucionais de saúde e assistência social. Em múltiplos territórios, o cultivo da terra, o manejo de plantas medicinais, a preparação coletiva das refeições, a preservação das sementes e a circulação de saberes tradicionais constituem eixos articuladores da reprodução da vida e do fortalecimento comunitário. Nesses contextos, a agroecologia deixa de ser apenas uma matriz de produção sustentável para afirmar-se como ética cotidiana de cuidado e construção de vínculos de pertencimento. É nesse horizonte que se insere a experiência da Casa do Caminho, localizada no município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

Mais do que uma estrutura voltada ao atendimento socioassistencial ou ao desenvolvimento de atividades terapêuticas isoladas, a Casa do Caminho constitui um território de convivência e produção coletiva da saúde, congregando agroecologia, espiritualidade, alimentação e práticas educativas. Conforme sistematizado por Ferreira (2023), as ações desenvolvidas nesse ambiente demonstram que o bem-estar pode ser construído de forma territorializada e profundamente vinculada às experiências cotidianas da comunidade.

A Casa do Caminho materializa uma territorialidade onde a horta comunitária, a farmácia viva e a cozinha não operam de forma isolada, mas sim de maneira orgânica e interconectada. A saúde aqui produzida emerge da convivência e do manejo respeitoso da terra, demonstrando que o ato de cuidar é um pro-

cessamento coletivo que envolve a restauração dos laços sociais, a autonomia alimentar e o resgate de memórias ancestrais (Ferreira, 2023, p. 142)

Ao longo da pesquisa de campo, observou-se que a própria organização espacial da iniciativa expressa essa compreensão ampliada. Hortas, canteiros, cozinhas coletivas, áreas de socialização e espaços de espiritualidade não se encontram isolados, mas funcionam como dimensões interligadas, onde o manejo agroecológico atua no fortalecimento da autonomia local.

A horta ocupa posição central nesse processo. O trabalho coletivo com o plantio, o trato com a terra e a colheita funciona simultaneamente como prática pedagógica, terapêutica e comunitária. O contato direto com o solo e a partilha dos alimentos produzidos estimulam relações de reciprocidade entre os participantes. Assim, as dinâmicas agroecológicas desenvolvidas nesse cenário envolvem não apenas técnicas de cultivo, mas também uma ética de responsabilidade com a natureza, marcada pela valorização da agrobiodiversidade e pelo respeito aos ciclos naturais.

As plantas medicinais também desempenham papel de destaque na Casa do Caminho. Seu cultivo e utilização mobilizam memórias e saberes transmitidos entre gerações. Durante as atividades coletivas observadas na horta e na cozinha comunitária, o preparo de chás, pomadas e xaropes mobilizava simultaneamente práticas terapêuticas, partilha de experiências e fortalecimento dos vínculos comunitários. O cuidado, nesse contexto, desvincula-se da dependência farmacêutica exclusiva e assume um caráter relacional, amparado nos saberes construídos historicamente no território.

A cozinha comunitária constitui igualmente um espaço fundamental nessa engrenagem. Mais do que um local destinado ao preparo trivial de refeições, ela aparece como território de convivência e troca de conhecimentos. O ato de cozinhar coletivamente mobiliza memórias culinárias, identidades culturais e saberes relacionados à alimentação saudável, ao uso de plantas alimentícias não convencionais e ao aproveitamento integral dos alimentos. Alimentar-se em conjunto torna-se, assim, uma celebração de acolhimento e sustentação da vida comunitária.

As atividades desenvolvidas na Casa do Caminho também evidenciam a forte participação das mulheres na organização dessas práticas. São elas que, em grande medida, sustentam os processos cotidianos de recepção, a preparação dos alimentos e a circulação dos saberes tradicionais. Tal protagonismo aproxima-se das reflexões dos feminismos comunitários latino-americanos, ao evidenciar que o trabalho reprodutivo e de cuidado constitui a base política e afetiva indispensável para a manutenção das comunidades.

A espiritualidade aparece integrada a essa dinâmica, não como um dogma apartado da realidade, mas articulada à convivência diária e à relação com a natureza. Cantos, celebrações e momentos de partilha reforçam os laços de solidariedade, atuando como ferramentas comunitárias no enfrentamento das vulnerabilidades sociais e existenciais. Com isso, o acolhimento na Casa do Caminho não se restringe ao tratamento de enfermidades biológicas, envolvendo escuta, convivência e fortalecimento dos laços coletivos. Ferreira (2023) salienta que a experiência demonstra a potência da agroecologia como estratégia de resistência territorial, onde as dimensões ecológicas, culturais, afetivas e políticas convergem na defesa e na reprodução da vida.

4 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMEOPATIA POPULAR: SABERES TERRITORIAIS E PRODUÇÃO COMUNITÁRIA DO CUIDADO

As experiências desenvolvidas pela Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP) inserem-se em um conjunto expressivo de iniciativas comunitárias voltadas à valorização da medicina tradicional, do uso de plantas medicinais e das práticas territoriais de cuidado. Mais do que difundir conhecimentos terapêuticos específicos, a atuação da ABHP articula processos de educação popular, fortalecimento comunitário e circulação de saberes historicamente construídos por agricultores familiares, comunidades rurais e grupos das periferias urbanas. Nesse contexto, a

difusão da homeopatia popular aparece profundamente vinculada aos princípios da agroecologia, à conservação da biodiversidade e à construção coletiva da autonomia política e sanitária.

A trajetória da ABHP evidencia que a saúde não é compreendida apenas como uma intervenção técnica ou biomédica voltada ao tratamento de patologias. Ao contrário, as ações desenvolvidas aproximam a soberania alimentar, o cultivo agroecológico, a preservação ambiental e o estreitamento dos vínculos comunitários, tecendo formas territorializadas de reprodução da vida. As atividades observadas durante a pesquisa de campo envolviam oficinas práticas, rodas de conversa, confecção de preparados caseiros e trocas de experiências entre participantes de diferentes realidades e trajetórias sociais. Nesse cenário, a flora medicinal ocupa posição central. Seu manejo e utilização mobilizam conhecimentos transmitidos intergeracionalmente, ativando memórias coletivas e formas específicas de relação com a agrobiodiversidade local.

Durante as imersões em campo, constatou-se que os saberes relacionados às ervas não circulavam meramente como prescrição técnica sobre propriedades farmacológicas, mas como veículo de acolhimento e solidariedade. O preparo conjunto de chás, tinturas e pomadas caseiras transmutava-se em momentos de escuta mútua, partilha de dores e fortalecimento de laços afetivos entre os sujeitos. Essa valorização das plantas medicinais conecta-se diretamente com as práticas agrícolas desenvolvidas nos territórios vinculados à ABHP. O cultivo dessas espécies ocorre prioritariamente em hortas comunitárias, quintais produtivos e espaços coletivos de manejo, demandando o resgate de sementes crioulas, a diversificação agrícola e o respeito irrestrito aos ciclos ecológicos naturais. Nesses ambientes, a agroecologia emerge como tática de proteção do território e salvaguarda da autonomia comunitária.

As instâncias de formação popular promovidas pela associação propiciam um fecundo diálogo de saberes, onde conhecimentos historicamente invisibilizados são compartilhados e legitimados coletivamente. Essa dinâmica reflete com precisão a

noção de ecologia de saberes formulada por Boaventura de Sousa Santos, ao validar conhecimentos gerados fora dos circuitos científicos institucionais, forjados nas experiências concretas das comunidades.

Cumprir destacar que, de modo análogo à Casa do Caminho, muitas das ações e processos formativos na ABHP são protagonizados e conduzidos por mulheres. São elas as principais guardiãs e transmissoras dos conhecimentos sobre a manipulação de fitoterápicos, a alimentação e a organização das atividades comunitárias. Essa forte presença feminina ressalta a centralidade das mulheres nos processos cotidianos de sustentação da vida, aproximando a experiência das formulações teóricas dos feminismos comunitários latino-americanos ao tratar o cuidado como categoria coletiva, territorial e eminentemente política.

Em termos políticos, a atuação da ABHP consolida uma crítica contundente aos processos contemporâneos de medicalização da vida e de mercantilização da saúde. Em contraposição à lógica individualizante e de mercado que organiza os sistemas hegemônicos, as práticas analisadas propõem um modelo fundado na autonomia e na corresponsabilidade pelo bem-viver. O manejo agroecológico de plantas medicinais, a circulação de sementes e a valorização das tradições populares geram, simultaneamente, alimento, saúde e pertencimento. Longe de constituírem iniciativas meramente periféricas ou complementares, tais práticas revelam formas concretas de resistência à homogeneização cultural e existencial, demonstrando a potência política dos saberes territoriais na construção de alternativas viáveis de produção da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que a agroecologia ultrapassa os limites de uma proposta estritamente técnica de transição agrícola, constituindo-se como uma práxis territorializada de cuidado, fortalecimento comunitário e reprodução da vida. As experiências investigadas demonstram que as dimensões

da soberania alimentar, do manejo fitoterapêutico, da espiritualidade e da circulação de saberes populares não se encontram fragmentadas nos territórios estudados. Ao contrário, articulam-se cotidianamente na tessitura de estratégias coletivas de acolhimento e resistência frente às crises ecológicas e sociais contemporâneas.

A imersão na realidade da Casa do Caminho, em Pelotas/RS, revelou a potência de um cuidado que emerge da reciprocidade entre os sujeitos, a terra e a ancestralidade. Ambientes como a horta, a cozinha comunitária e os espaços de celebração espiritual funcionam de maneira interligada, deslocando a produção da saúde dos circuitos burocráticos e hospitalocêntricos formais. Nessa experiência, o ato de cultivar e partilhar transforma-se em um dispositivo pedagógico e terapêutico fundamental para a autonomia local. De modo análogo, a trajetória da Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP) descortina a viabilidade política de uma educação popular em saúde amparada na agrobiodiversidade. Ao validar as formulações artesanais e o uso de ervas medicinais, a ABHP não apenas descentraliza o saber médico, mas constrói frentes concretas de enfrentamento à vulnerabilidade social e sanitária, amparando-se na solidariedade comunitária.

Sob a lente teórica que orientou este estudo, os dados empíricos dialogam diretamente com a necessidade de uma ecologia de saberes, tal como preconizada por Boaventura de Sousa Santos. Reconhecer a legitimidade dessas práticas comunitárias implica romper com o pensamento abissal que historicamente invisibilizou os conhecimentos tradicionais. Ademais, o protagonismo feminino observado em ambas as frentes de campo confirma as teses dos feminismos comunitários latino-americanos: são as mulheres que gestam as linhas de sustentação da vida e garantem a transmissão intergeracional desses conhecimentos essenciais. Essas ações confluem, em última análise, com os horizontes civilizatórios do Bem Viver e com a perspectiva de reciprocidade com a Terra defendida por Nego Bispo, contrapondo-se à racionalidade predatória denunciada por Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Em suma, a Casa do Caminho e a ABHP não representam iniciativas marginais, periféricas ou meramente paliativas. Elas materializam trincheiras políticas e epistemológicas vivas, que demonstram a urgência de descolonizar as práticas de saúde e os modos de produzir o sustento. Em tempos de agravamento das crises ambientais e de mercantilização da existência, a agroecologia e a saúde popular afirmam-se não apenas como alternativas técnicas viáveis, mas como projetos éticos e plurais de reexistência comprometidos com a defesa incondicional da vida e dos territórios.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.
- BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia e sustentabilidade**: bases conceituais para uma nova extensão rural. Recife: Bagaço, 2020.
- CISLAGHI, J. F. A mercantilização da saúde no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 224-232, jul./dez. 2016.
- CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Educação Popular em Saúde**: desafios atuais. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018. 331p
- FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERREIRA, F. F. **A Saúde Popular Comunitária e o Projeto Casa do Caminho**: construindo a saúde integral com base em saberes ancestrais e decoloniais em comunidades rurais e de periferias urbanas da região sul do RS. 2023. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Pedagogia da solidariedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 142 p.
- GOMES, N. L.; MERLY, A. L. B. Educação, relações étnico-raciais e Estado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1071-1087, out./dez. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

DECLARAÇÕES

Contribuição de Autoria

1 – Fernanda de Figueiredo Ferreira

Doutorado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0002-0305-0121> • fernanda.figueiredo@acad.ufsm.br
Contribuição: Escrita - Primeira redação/revisões

2 – Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0002-7676-0976> • profleomourad@gmail.com
Contribuição: Escrita - Primeira redação/revisões

3 – Renato Santos de Souza

Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<https://orcid.org/0000-0001-7407-6954> • renatosdesouza@gmail.com
Contribuição: Revisão e análise crítica – Orientador

4 – José Geraldo Wizniewsky

Doutorado em Agroecología Sociología y Estudios Campesinos pela Universidad de Córdoba
<https://orcid.org/0000-0002-8718-6308> • zecowiz@gmail.com
Contribuição: Revisão e análise crítica. Co-orientador

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos entrando em contato com os autores.

Direitos Autorais

Os autores dos artigos publicados pela Revista Sociais e Humanas mantêm os direitos autorais de seus trabalhos e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição (CC BY-NC-ND 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Plágio

A revista mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como Turnitin.

Editor - chefe

José Renato Ferraz da Silveira

Como citar este artigo

FERREIRA, F. F.; MOURAD, L. A. F. A. P.; SOUZA, R. S.; WIZNIEWSKY, J. G. Agroecologia e produção comunitária do cuidado: saberes territoriais e experiências de saúde popular. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 39, n. 1, e97372, 2026. DOI: 10.5902/2317175897372. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175897372>.